

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Divulgação

Encontro é realizado no auditório do Sebrae

Sebrae faz evento para micros e pequenos negócios

O desempenho e a expansão dos pequenos negócios (MEI, micro e pequenas empresas) é pauta do Encontro Acredita Sebrae, que termina hoje, em Brasília.

Levantamento aponta que 48% dos empreendedores que buscaram crédito novo neste ano tiveram o empréstimo aprovado. O resultado é o melhor registrado em pesquisa do Sebrae

Melhor resultado

A pesquisa "Financiamento dos Pequenos Negócios" aponta que 4 em cada 10 empreendedores não encontraram dificuldades em obter o empréstimo, o melhor resultado desde 2015. O pior momento foi em 2022, quando 84% disseram ter enfrentado dificuldades.

desde 2020 – muito acima dos 26% em 2022 e 33% em 2023. No ano de 2024, a pesquisa não foi realizada.

Entre os maiores responsáveis pela significativa melhora na concessão dos empréstimos, estão as cooperativas de crédito (Sicredi e Sicoob) e o Bradesco. Juntas, as três instituições responderam por 43% de todos os pedidos de crédito aprovados.

Participações

Na programação estão palestrantes reconhecidos no mercado. Entre eles, Eduardo Moreira, Nath Finanças, Thiago Godoy e Eduardo Fedlberg. O evento apresentará o histórico e o impacto do Programa Acredita e do Fundo de Aval das Micro e Pequenas Empresas (Fampe).



Agência Brasil

Bolsa Família de agosto começou a ser pago

Caixa começa a pagar Bolsa Família de agosto

A Caixa Econômica Federal começou a pagar a parcela de agosto do Bolsa Família. Na segunda-feira (18) receberam os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1. Hoje, é a vez de quem tem final 2. Ao todo cerca de 19,2 milhões de famílias receberão o benefício neste mês. O valor mínimo corresponde a R\$ 600.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade para garantir a alimentação da criança. Além do acréscimo de R\$ 50 a gestantes, um de R\$ 50 a cada filho de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150 (até 6 anos).

Calamidade

Os beneficiários de alguns municípios receberam o pagamento na segunda, independentemente do NIS. O pagamento ocorre em cidades em situação de emergência ou em calamidade pública nos seguintes estados: Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe.

Sem 0303

Dias após revogar a obrigatoriedade das empresas ou entidades que fazem grande volume de chamadas telefônicas de identificar ligações com o uso do 0303, a Anatel justificou a medida alegando que há meios mais eficazes de combate às chamadas inoportunas.

Caixa Tem

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem.

Tele Sena

O título de capitalização Tele Sena deve fechar o ano de 2025 com R\$ 100 milhões em prêmios entregues pelo título de capitalização em suas 10 campanhas anuais convencionais e seu título. A Tele Sena vai completar 34 anos e já distribuiu mais de R\$ 1 bilhão.

Pesquisa Focus vê queda na estimativa de inflação

Dados da FGV apontam desaceleração econômica no trimestre

Por Martha Imenes

Os números divulgados nesta segunda-feira (18) pelo Banco Central e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram, ao mesmo tempo, o movimento de busca da meta de inflação oficial e de reação tímida da economia no segundo trimestre. Ambos levados pelo juro alto e por incertezas em relação às tarifas impostas pelo governo estadunidense aos produtos brasileiros.

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,05% para 4,95% este ano. É a décima segunda redução seguida na estimativa, publicada no Boletim Focus, do Banco Central.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,41% para 4,4%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,8%, respectivamente.

Acima do teto

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Em julho, pressionada pela conta de energia mais cara, a inflação oficial divulgada pelo



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Pesquisa é divulgada pelo BC com a expectativa de instituições financeiras

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fechou em 0,26%, sendo o segundo mês seguido de queda no preço dos alimentos, o que ajudou a segurar o índice. No acumulado em 12 meses, o IPCA alcançou 5,23%, acima do teto da meta de até 4,5%.

Juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O recuo da inflação e o início da desaceleração da economia fizeram o colegiado interromper o ciclo de aumento de juros na última reunião, no mês passado, após sete altas.

Copom não descarta aumento da Selic

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou que a política comercial dos Estados Unidos aumentou as incertezas em relação aos preços, e que pretende manter os juros básicos. No entanto, não descartou a possibilidade de voltar a elevar a taxa básica de juros (Selic) caso seja necessário.

A estimativa dos analistas é que a taxa básica encerre 2025 em 15% ao ano. Para o fim de 2026, a expectativa é que a Selic caia para 12,5% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao

ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços. Além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Taxas mais altas podem dificultar a expansão da economia. Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação.

Economia cresceu apenas 0,5%

A economia brasileira cresceu 0,5% na passagem do primeiro para o segundo trimestre. O resultado mostra desaceleração, uma vez que, no primeiro trimestre, a alta tinha sido de 1,3%.

As estimativas são do Monitor do Produto Interno Bruto (PIB), estudo mensal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado na segunda-feira (18),

no Rio de Janeiro.

O levantamento apresenta estimativas sobre o comportamento do PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país, e serve como prévia do dado oficial, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de maio para junho, houve expansão também de 0,5%, segundo a FGV. Esses dados são dessazonalizados, ou seja, foram excluídas

variações típicas da época do ano, para que efeitos do calendário (por exemplo, diferença no número de dias úteis) não distorçam a comparação entre períodos diferentes.

O Monitor do PIB aponta que a economia brasileira cresceu 2,4% no segundo trimestre ante o mesmo período de 2024. No acumulado de 12 meses, a expansão é de 3,2%. Em termos monetários, a FGV estima o PIB do primeiro se-

mestre em R\$ 6,109 trilhões.

Juliana Trece, economista do Ibre, explicou que o crescimento do segundo trimestre se deve aos desempenhos dos setores de serviços e da indústria. Nos serviços, detalha ela, "este crescimento foi disseminado na maior parte das atividades".

Já na indústria, o desempenho positivo foi concentrado na atividade extrativa, "o que mostra maior fragilidade do setor".

Brasil apresenta política de combate ao trabalho escravo a relator da ONU

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu nesta segunda-feira (18), em Brasília, o Relator Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Tomoya Obokata.

Durante a reunião, o ministro destacou os avanços do governo federal na retomada e fortalecimento das políticas de proteção ao trabalhador, especialmente a reestruturação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reativado em 2023. "Estamos reconstruindo uma política pública que nunca deveria ter sido desmontada", disse o ministro.

Ele também mencionou a realização de concurso público para auditores-fiscais do Trabalho, previsto para garantir novas contratações em 2025. Segundo Marinho, o objetivo é reforçar a presença do Estado nos territórios mais vulneráveis. "Não se trata apenas de resgatar trabalhadores em situação degradante, mas de criar, na sociedade, uma cultura de intolerância à explora-



Divulgação

Ministro Luiz Marinho recebeu representantes da ONU

ção", completou Luiz Marinho.

Pilares

O coordenador-geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo e Tráfico de Pessoas, André Roston, apresentou pilares da política nacional de combate ao trabalho escravo contemporâneo.

- Conceito jurídico abrangente, que considera como escravidão moderna não apenas a restrição de liberdade, mas também situações como condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas e servidão por dívida.

- Atuação interinstitucional, que articula órgãos trabalhistas, civis e criminais, garan-

tindo a reparação de direitos das vítimas. Desde 1995, mais de 66 mil pessoas foram resgatadas no país, com aproximadamente R\$ 160 milhões pagos em verbas trabalhistas. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), que completou 30 anos em 2025, é símbolo dessa atuação integrada.

- Transparência: é assegurada por mecanismos como o Cadastro de Empregadores que submetem trabalhadores a condições análogas à escravidão, a chamada "Lista Suja", que torna públicos os nomes de empregadores responsabilizados.

Durante o encontro, o relator da ONU destacou a importância da visita ao Brasil para aprofundar o entendimento sobre as ações no combate ao trabalho escravo: "As Nações Unidas têm interesse em compreender a experiência brasileira, considerada referência internacional, e em conhecer os principais desafios enfrentados na execução dessa política pública", afirmou o representante da ONU, Tomoya Obokata.